


■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ Projeto Júri Simulado: o desenvolvimento do letramento escolar nos seus diversos níveis em uma escola do campo

Mock Jury Project: the development of school literacy at its various levels in a rural school

 *Sheley Cristina Corrêa da Silva **
*Wesley Pereira da Silva ***

Resumo: O presente texto apresenta experiências vivenciadas pela professora e pelos(as) estudantes de uma classe comum inclusiva do 5º ano de uma escola do campo da SEEDF com o projeto Júri Simulado: formação de estudantes críticos. As ações desenvolvidas buscaram desenvolver o letramento escolar nos diversos níveis, por meio da encenação de um julgamento pelos estudantes. Os(as) discentes experienciaram um julgamento envolvendo a situação da mudança de horário do intervalo em função das aulas de Educação Física do Programa Educação com Movimento. Partindo dessa situação problema, tiveram acesso a diversos textos jurídicos, especialmente a Constituição Federal, previamente organizados pela docente. Ocorreu uma visita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, momento em que os(as) estudantes acompanharam um julgamento de uma ação recursal. Ainda como preparação para o Júri, elaborou-se outros textos em sala de aula para constituir os elementos essenciais de uma peça processual, abarcando a concepção de gêneros textuais. Destacamos que os(as) estudantes da turma participaram com uma fala ou ação no Júri Simulado. Contou-se com a colaboração da diretora da escola como ré e de um representante da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia como juiz. As ações desenvolvidas evidenciaram uma mudança de atitude dos(as) estudantes que apresentavam uma tendência voltada ao conformismo no início. Os sujeitos viveram o processo de problematização, instrumentalização, catarse e trocas interativas, sínteses e construções de novas aprendizagens associadas ao desenvolvimento do protagonismo estudantil, de argumentos críticos e a conscientização sobre a importância dos seus direitos dentro e fora dos muros da escola.

Palavras-chave: Formação Cidadã. Júri Simulado. Protagonismo Estudantil.

Abstract: This text presents the experiences of the teacher and students of an inclusive 5th grade class in a SEEDF rural school with the project Mock Jury: training critical students. The actions developed sought to develop school literacy at different levels, through the students staging a trial. The students experienced a trial involving the situation of changing break times due to the Physical Education classes in the Education with Movement Programme. Based on this problem situation, they had access to various legal texts, especially the Federal Constitution, previously organised by the teacher. A visit was made to the Court of Justice of the Federal District and Territories, at which time the students followed a trial of an appeal. Also in preparation for the jury, other texts were prepared in the classroom to set out the essential elements of a procedural document, covering the concept of textual genres. We would like to emphasise that the students in the class participated with a speech or action in the Mock Jury. The school headmaster collaborated as the defendant and a representative of the Brazlândia Regional Education Coordination as the judge. The actions carried out showed a change in the attitude of the students, who initially tended towards conformism. The subjects experienced the process of problematisation, instrumentalisation, catharsis and interactive exchanges, synthesis and construction of new learning associated with the development of student protagonism, critical arguments and awareness of the importance of their rights inside and outside the school walls.

Keywords: Citizen education. Mock Jury. Student Protagonism.

* *Sheley Cristina Corrêa da Silva é mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professora pedagoga da SEEDF atuante na área de Educação Especial e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Contato: sheley.correa@gmail.com.*

** *Wesley Pereira da Silva Doutor em Educação em Ciências pelo Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel e Licenciado em Química (UnB). Professor da SEEDF. Contato: wesleynh3@gmail.com.*

Introdução

Pensar em uma educação crítica e emancipatória é um ato que deve estar presente nas propostas pedagógicas desenvolvidas pelos professores das escolas públicas do nosso país, essencialmente, nas escolas que atendem estudantes oriundos de uma realidade social tão diversa como aqueles que estão matriculados em uma escola do campo.

A criticidade, nas suas mais variadas formas, pode ser desenvolvida por meio de projetos que possuem em seu escopo o protagonismo estudantil. Assim, o estudante desenvolve algumas práticas sociais e atinge os objetivos de aprendizagem propostos, em prol de uma ação na qual ele é o referencial do processo de aprendizagem. Desse modo, suas ações podem transformar a sua realidade, promovendo ações voltadas ao protagonismo estudantil, ao processo emancipatório e à transformação social.

Nesse contexto, foi elaborado o projeto *Júri Simulado: formação de estudantes críticos* com o objetivo de desenvolver o letramento escolar nos diversos níveis. O projeto foi realizado em uma escola do campo da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, em uma classe comum inclusiva do 5º ano do Ensino Fundamental com vinte e cinco estudantes matriculados, incluindo um estudante com deficiência intelectual e um estudante com deficiência física.

Soares (2009), por exemplo, apresenta reflexões relevantes sobre a “prevalência” de “níveis” de letramento entre os estudantes das instituições escolares em detrimento dos muitos letramentos encontrados na literatura. Cabe destacar que o letramento “é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (Soares, 2009, p. 18). As crianças encontram-se em pleno processo de desenvolvimento, imersas no universo letrado ao se depararem com os inúmeros contextos em que estão inseridas, ou seja, sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos, entre outros.

Os diversos letramentos envolvem a possibilidade de construir práticas pedagógicas cada vez mais singulares, articuladas e contextualizadas com as demandas dos estudantes, perpassando a identificação das especificidades apresentadas por estes, na perspectiva da avaliação diagnóstica e formativa, a seleção de objetivos e conteúdos inerentes a tais demandas e especificidades e o uso de estratégias didáticas e pedagógicas diversificadas.

Logo, foi possível, após a avaliação diagnóstica realizada, elaborar um “ponto de partida” para o planejamento das aulas durante a realização do projeto, permeado por observações e reflexões contínuas, investigações sobre o cotidiano, o contexto e a realidade em que a comunidade escolar estava inserida o que conduziu o olhar dos professores/pesquisadores na perspectiva da formação cidadã e crítica dos estudantes.

Destaca-se que o ensino da Língua Portuguesa tem por objetivo desenvolver os multiletramentos (Distrito Federal, 2018). De acordo com Rojo (2012), o termo multiletramento está associado tanto à característica multicultural da sociedade quanto ao caráter multimodal dos textos que se pode trabalhar em sala, de acordo com a realidade da comunidade em que a escola está inserida. Dessa forma, utilizar essa abordagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental corrobora com o desenvolvimento da criticidade dos(as) estudantes desde o início da sua formação, possibilitando a construção de argumentos e de outras formas de manifestação de opiniões, ancoradas no conhecimento científico, ao longo de toda a sua formação básica.

É importante destacar que a linguagem jurídica não costuma ter termos de utilização rotineira pelas crianças, e ainda menos na realidade em que foi aplicado o *projeto Júri Simulado*. Entretanto, cabe ressaltar que o conhecimento que tinham a respeito dos julgamentos de crimes, mesmo que, de modo fantasioso, conforme verificavam em filmes e novelas, era vasto. Além disso, as questões legais que envolviam o cometimento de crimes eram de curiosidade de todos eles. Todos tinham algum exemplo ou conheciam alguém que foi preso ou mesmo que utilizavam tornozeleiras eletrônicas.

Desenvolvimento

As observações, derivadas da avaliação diagnóstica, foram realizadas com o objetivo de identificar as potencialidades e as defasagens da turma e permitiram perceber a necessidade de estimular a oralidade das crianças, além de oportunizar o desenvolvimento de uma escrita autêntica, autônoma e criativa para elaboração de diversos tipos e gêneros textuais. O estímulo à leitura e à escrita “ganham sentido na medida em que reconhecem, respeitam e valorizam os indivíduos em suas diversidades coletivas e individuais” (Distrito Federal, 2018, p. 17).

Assim, a técnica do júri simulado foi pensada para contemplar a progressão das aprendizagens, buscando-se estratégias para desenvolver essas aprendizagens, em consonância com os eixos integradores do Currículo em Movimento do Distrito Federal, com o documento *Replanejamento Curricular 2021*, que orienta “a retomada dos objetivos/conteúdos anteriores ao ano letivo vigente” para alinhar “os resultados apresentados no diagnóstico inicial e sua realidade escolar” (Distrito Federal, 2021, p. 6).

O projeto surgiu após as discussões iniciais sobre cidadania com o estudo da Constituição Federal de 1988, em que foi dada ênfase ao Capítulo I, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. O artigo 5º, que dispõe sobre a igualdade de todos(as) perante a lei, foi reforçado e discutido, bem como alguns de seus termos referentes ao contexto dos(as) estudantes.

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro texto que os estudantes tiveram contato no ano letivo de 2023. Destaca-se a falta de conhecimento sobre a existência da Carta Magna por parte dos estudantes da turma, o que justifica o estudo desse e de outros textos jurídicos para que os estudantes tomem conhecimento dos direitos e deveres fundamentais que direcionam a sociedade brasileira.

Pontua-se o envolvimento dos(as) discentes à medida que foram conhecendo os direitos e deveres individuais. A análise crítica do *caput* do artigo 5º (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”) aflorou discussões sobre direitos que são constantemente negligenciados pelo poder público, o que prejudica a comunidade campestre. Os(as) estudantes citaram as dificuldades enfrentadas na busca pelo direito à saúde e pelo transporte, em que eles pontuaram a tarefa hercúlea cotidiana enfrentada para locomoção até a escola por meio do transporte escolar.

Partindo das situações da comunidade, direcionou-se para algum direito que os(as) estudantes deveriam ter, e acreditavam que estava sendo retirado. Foi então que, ainda nas primeiras semanas de aula, os(as) estudantes queixavam-se de não poder ir para o recreio nos dias em que tinham Educação Física. Por ter um cronograma a seguir e sem conhecimento de um espaço disponível para a recreação dos estudantes, sem que atrapalhasse as aulas dos demais estudantes da escola, a regente sempre negava a saída de sala com esse propósito.

A partir da demanda apresentada, estudou-se algumas formas que possibilitassem a garantia dos direitos dos(as) estudantes. Com isso, iniciou-se o estudo dos processos jurídicos, mais precisamente dos julgamentos, o que resultou no estudo do julgamento de Jesus Cristo.

A partir de uma abordagem histórica e cultural, acionou-se um dos mais conhecidos julgamentos da humanidade: o julgamento de Jesus. Considerando que “a religião é uma decisão pessoal, enquanto a fé se configura como manifestação dessa decisão, revelada no contexto

social” (Distrito Federal, 2018, p. 299), as discussões partiram de dois documentários produzidos pelo *History Channel*, ancorados nos aspectos históricos e culturais, valorizados na mediação docente.

A análise sistemática dos elementos científicos apresentados pelos documentários possibilitou que os(as) estudantes identificassem a estrutura de um julgamento romano, que foi comparada posteriormente com a estrutura de um julgamento da justiça brasileira. Essa organização permitiu a identificação dos aspectos legais que precisam ser cumpridos e do rito do julgamento que deve ser seguido para que as decisões tenham validade.

Juntando-se todos esses elementos, acerca da demanda de um espaço de recreação para os(as) estudantes, foi sugerido aos estudantes a estratégia do Júri Simulado. Todos(as) sentiram-se atraídos pela ideia e começou-se a estudar textos e a fazer o exercício de criar argumentos que justificassem o pedido. A demanda foi apresentada para a direção e prontamente aprovada, com o oferecimento de um espaço para que os(as) estudantes pudessem fazer a recreação.

Imagem 1 – Visita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 2 – Visita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Combinou-se então em guardar a decisão para ser revelada na proclamação da sentença no dia do Júri Simulado. Na ocasião, a direção sugeriu o convite de um representante da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia (CRE-Brazlândia) para dar mais credibilidade à decisão, de forma que os(as) estudantes percebessem seu protagonismo na conquista.

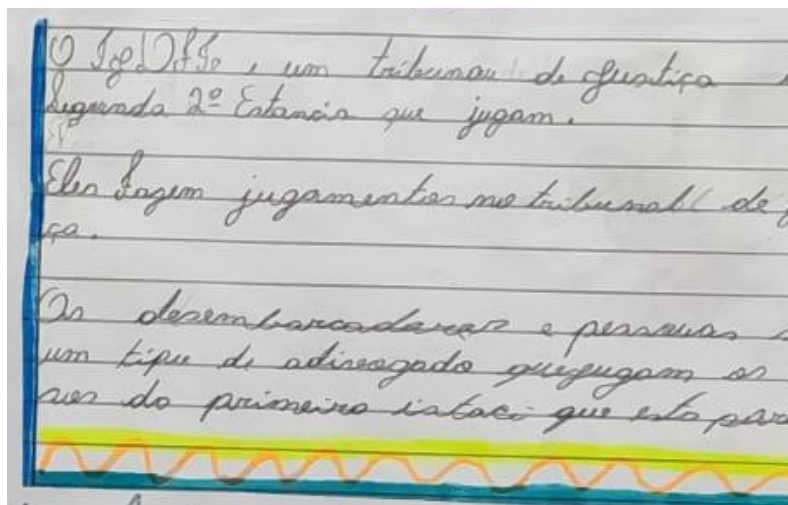
O primeiro passo foi conhecer um tribunal e entender quais profissionais estão envolvidos, além de esclarecer informações que muitas vezes são equivocadas devido à influência dos filmes norte-americanos, que apresentam um sistema de justiça diferente do sistema do Brasil. Foi realizada uma visita ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), retratada nas Imagens 1 e 2.

Destaca-se que os(as) estudantes tiveram a oportunidade de acompanhar um julgamento que acontecia no momento da visita, conforme ilustrado na Imagem 2. Um dos desembargadores pediu a palavra e parabenizou a docente, destacando a importância da ação desenvolvida para que os(as) estudantes tivessem acesso à estrutura judiciária. Pontua-se que uma dessas estudantes afirmou que futuramente estará sentada na posição de juíza, o que corrobora com a proposta pedagógica apresentada, sustentada “por uma postura profissional emancipatória que coordena e articula os saberes por meio de uma ação didática que explora e problematiza experiências, propõe situações desafiadoras que sejam reflexivas e ampliem as possibilidades de aprender (Distrito Federal, 2018, p. 252).

O cenário apresentado enfatiza a importância do contato com outras profissões fora do contexto cotidiano dos(as) discentes, pois muitos podem ter vocações, competências e habilidades que são despertadas a partir de experiências proporcionadas por ações desenvolvidas na escola. Nesse contexto, projetos como o Júri Simulado proporcionam essas experiências aos(as) estudantes, de modo que, para muitos(as), essas oportunidades são momentos únicos de ter contato com outras realidades, principalmente para discentes de escolas do campo.

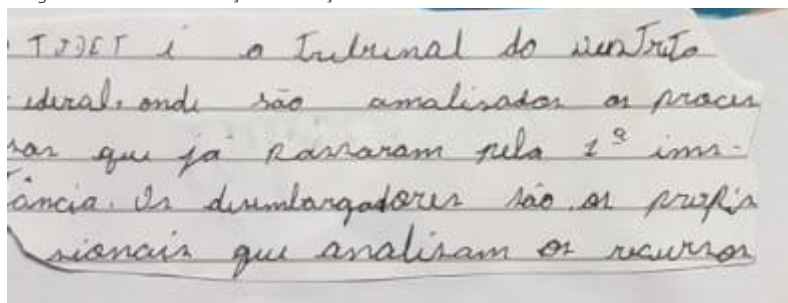
A partir da visita, os(as) estudantes elaboraram uma descrição por meio de texto e de desenho sobre a atuação do TJDFT. Essa ação é apresentada nas imagens 3, 4, 5 e 6. Destacamos as falas de alguns dos estudantes por meio dos textos escritos, com as devidas transcrições e intervenções que permitem um melhor entendimento das produções. Na imagem 3, um estudante descreve o

Imagem 3 - Escrita da descrição da atuação do TJDFT



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 4 - Escrita da descrição da atuação do TJDFT



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

que é um desembargador e o que ele faz: “O TJDFT é um tribunal de Justiça de 2ª Instância que julga. Eles fazem julgamento no tribunal de justiça. Os desembargadores são pessoas, um tipo de advogado que julga os processos em primeira instância que estão parados”.

Do mesmo modo, outro estudante traz sua própria definição, a partir de todas as discussões que foram oportunizadas em sala. Mesmo com erros ortográficos e gramaticais, os estudantes buscavam escrever as palavras mais difíceis, compreendendo os seus significados, como é possível perceber com a palavra desembargador, entendida como um nome diferenciado que se dá a um advogado: “O TJDFT é o tribunal do Distrito Federal, onde são analisados os processos que já passaram pela 1ª Instância. Os desembargadores são os profissionais que analisam os recursos.”, conforme mostra a Imagem 4.

Nas imagens 5 e 6, os estudantes buscaram desenhar a configuração da sala do Tribunal do Juri do TJDFT. Foi solicitado que buscassem visualizar a sala como se tivessem olhando de cima. O exercício buscou suscitar nas crianças como ficaria a organização do nosso Tribunal de Júri que seria organizado na sala de aula. Os estudantes foram levados a pensar nas localizações das mesas do juiz, da defensoria pública, a localização da ré – que nesse caso

era a diretora da escola –, além do local das testemunhas, oficiais de justiça e demais participantes que haviam sido elencados no nosso roteiro do Tribunal do Júri.

Após isso, foram realizadas as etapas de pré-tribunal do Júri, com a consideração do direito dos estudantes ao período de intervalo. Para isso, foram abordados: o tipo de escrita de uma petição para compor uma ação judicial (exemplos de textos escritos pelos(as) estudantes, apresentados nas Imagens 7 e 8); estudo das características de um Tribunal do Júri; distribuição de papéis para atuação no dia da apresentação; e ensaio do julgamento. Freire (2014, p. 19) enfatiza que “a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolúvelmente à sua ação sobre o mundo”, desse modo, constatou-se que o projeto proporcionou o desenvolvimento da capacidade de reflexão e de ação com o mundo.

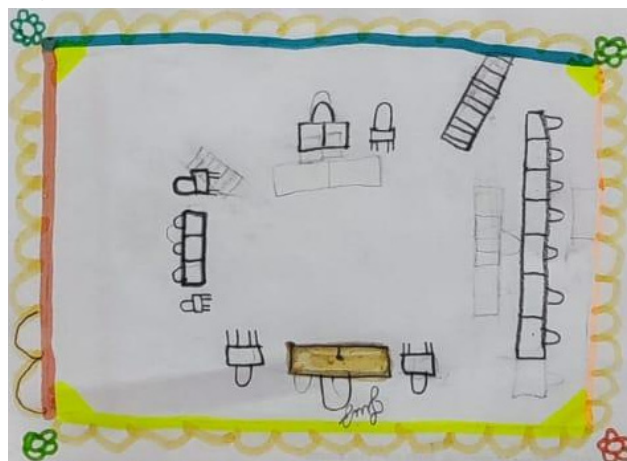
Na imagem 7, é possível perceber a argumentação construída por um estudante que buscou caracterizar os fatos ocorridos: “Dos fatos: A turma do 5º A é que tá pedindo pra ir pro recreio depois da E.F (Educação Física) e a direção que está negando nosso pedido. Na quarta e na sexta que ocorre (o fato). E quando a gente volta da educação física a gente perde o recreio” (Imagem 7). A escrita seguiu o modelo indicado pela docente que buscou separar em partes o pedido, para que houvesse uma maior compreensão da construção pelo próprio estudante.

Na imagem 8, a escrita apresenta problemas de erros ortográficos e de concordâncias, apresentando pouca coesão, entretanto, é possível perceber a coerência da construção da solicitação para que o direito seja respeitado, com a indicação de punição para o caso de não cumprimento do “mesmo tempo” disponibilizado para todos: “Do pedido. Nós, 5º A estamos pedindo a autorização para a direção que nós tenhamos 15 minutos depois da educação física todas quartas e sextas e se a coordenação admitir os 15 minutos da educação física. Todos que admitiram tem que cumprir no mesmo tempo e se não cumprirem isso (termo não compreendido) os donos de uma multa de 7000 dólares.”

A possibilidade de punição foi uma solicitação de um estudante. Sua dúvida era se realmente o instrumento daria garantia de conseguir o pleito. Foi explicado que quando alguém não cumpre uma decisão judicial, ela sofre consequências. Mas que não poderíamos prever uma punição para a diretora, mas que ela iria cumprir com o que fosse decidido, pois ela mesmo havia concordado em participar. Compreendida a situação, foi informado que ainda assim, poderia ser inserida uma punição no pedido e que a decisão era dele, pois cada um construiria seu próprio pedido, para que depois construíssemos um pedido coletivo.

Como forma de preparar os(as) estudantes para o dia do Júri Simulado, eles(as) escreveram suas falas e

Imagem 5 – Desenho da sala do Tribunal do Júri do TJDFT



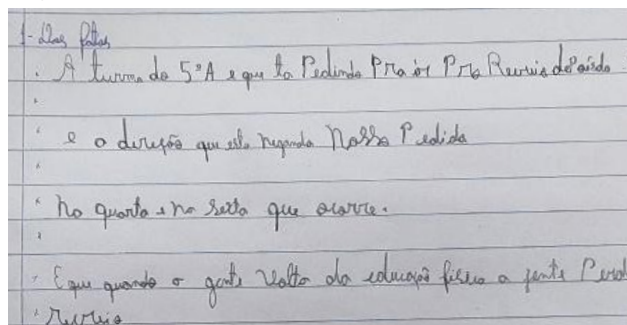
Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 6 – Desenho da sala do Tribunal do Júri do TJDFT



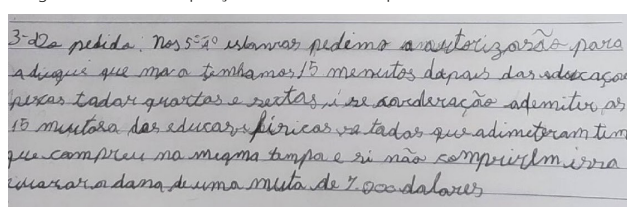
Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 7 – Escrita da petição inicial elaborada pelos estudantes



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 8 – Escrita da petição inicial elaborada pelos estudantes



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Imagem 9 – Realização do Tribunal do Júri com respectivas funções



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

ensaiaram durante algumas aulas. Esses momentos foram importantes para que os(as) discentes percebessem a importância da sua participação no contexto geral do Júri Simulado. Perceberam até que conseguiriam executar melhor outra função daquela que tinha sido acordada inicialmente. Pontua-se que para todos(as) estudantes foi designada uma função a ser cumprida no julgamento, de modo que, cada um(a) deles(as) teve a possibilidade de participar no dia do julgamento. A imagem 9 traz a organização da sala no dia do julgamento.

O julgamento foi realizado no dia 4 de julho de 2023 com a presença de um representante da CRE-Brazlândia e de dois professores, chamados para relatar a importância da atividade livre que é desenvolvida pelos estudantes nos momentos de recreação sem a presença de um adulto. Esses professores convidados foram tratados como *amicus curiae*, que significa “amigo da corte” na temática da relevância da ludicidade. Segundo o entendimento do TJDFT, “a participação do *amicus curie* tem por escopo a prestação de elementos informativos à lide a fim de melhor respaldar a decisão judicial que irá dirimir a controvérsia posta nos autos, e não para representação ou defesa de interesses”¹.

O professor representante da CRE-Brazlândia atuou como juiz, conduzindo assim todo o julgamento a partir de um roteiro elaborado pela docente e a turma. O Júri Simulado seguiu com todos os elementos de um julgamento: a apresentação da ré (a diretora da escola), apresentação dos advogados de defesa, apresentação dos advogados de acusação, a escolha dos membros do júri, entre outros. Foi possível também a apresentação de uma testemunha de impacto, que retratou a tristeza dos(as) estudantes em ficar sem intervalo por tanto tempo.

Por fim, o resultado do julgamento foi lido pelo juiz que indicou que os(as) estudantes, a partir daquela data, teriam direito ao período de intervalo logo após as aulas de Educação Física, indicando uma punição para a escola no caso de haver descumprimento da sentença.

Considerações finais

O projeto mostrou-se eficiente para o desenvolvimento da criticidade. Percebeu-se a vontade dos discentes em participar e produzir seus textos, mas a cultura da cópia ainda estava fortemente enraizada como a única forma de fazer o “dever” (fala dos estudantes). Enfatizamos que “a cultura da cópia” precisa ser mitigada, pois o(a) discente cria uma zona de conforto nos momentos que está apenas copiando textos no caderno e quando é instigado a apresentar sua opinião, não consegue construir argumentos.

No início do projeto, observou-se a resistência de cada discente em sentir-se participante da sociedade e a tendência ao conformismo e ao comodismo, mas esse sentimento foi sendo modificado a partir do protagonismo estudantil. Freire (2016, p. 56-57) pontua que a conscientização do indivíduo não pode ocorrer fora da ação e da reflexão, constituindo assim, “de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens”.

A avaliação se deu de forma contínua ao longo do projeto, assim, os estudantes foram avaliados a partir da sua participação, sendo que cada estudante recebeu uma função e proferiu uma fala no dia do “julgamento”. Outra proposta adotada foi a elaboração de um texto e de desenhos para descrever a atuação do TJDFT, já apresentadas nas Imagens 3, 4, 5 e 6.

Por fim, enfatizamos que a elaboração e execução de um projeto, como o Júri Simulado, no contexto de uma sala de aula, não é uma ação simples. Demanda muito tempo de planejamento, sendo necessária a colaboração de vários partícipes da instituição de ensino. Apesar das dificuldades de implementação, os resultados são únicos e colaboram significativamente com a formação cidadã.

Agradecimentos

Agradecemos a toda a equipe do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que organizou a visita ao tribunal. Agradecemos à Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, na figura do professor Ciro Fernandes e o professor Rogério Monteiro na participação do Júri Simulado realizado na escola. ■

Notas

¹ Para saber mais sobre a definição de *amicus curiae*, acesse <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/novo-codigo-de-processo-civil/intervencao-de-terceiros-e-amicus-curie>.

Referências

- BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental Anos Iniciais - Anos Finais**. Brasília 2018.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Replanejamento Curricular 2021: Ensino Fundamental: anos iniciais, anos finais**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/REPLANEJAMENTO-CURRICULAR-2021-EF.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução Lillian Lopes Martins. 36ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- ROJO, Roxane Helena. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. *In*: ROJO, Roxane Helena; MOURA Eduardo [orgs.]. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.